

RECURSO ESPECIAL Nº 1.658.678 - SC (2017/0050614-0)

RECORRENTE : CEREALISTA SUPERIOR LTDA
ADVOGADO : RICARDO CARLOS RIPKE E OUTRO(S) - SC018339
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Cerealista Superior Ltda propôs ação ordinária contra União, objetivando a condenação do ente federal/ré à restituição do montante de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), desembolsados em razão de transação comercial internacional que restou frustrada, relativa à sua participação em leilão para aquisição de cotas de importação de coco ralado, diante da negativa de prorrogação da licença de importação, válida até 31/05/2011, necessária em razão de o prazo de chegada da mercadoria no Brasil ter previsão para 07/06/2011.

Em grau recursal, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou provimento ao recurso de apelação da Cerealista Superior Ltda., mantendo inalterada a decisão monocrática de improcedência da ação, consoante os termos da seguinte ementa (fls. 88-91):

ADMINISTRATIVO. COMÉRCIO EXTERIOR. IMPORTAÇÃO DE COCO RALADO. DISTRIBUIÇÃO DE LICENÇAS. MEDIDA DE SALVAGUARDA. LEGALIDADE.

Não cabe ao Poder Judiciário adentrar na análise dos critérios de distribuição das licenças de importação de coco, uma vez que se trata de decisão política governamental, cujo mérito administrativo não se sujeita ao controle jurisdicional, salvo quanto à sua constitucionalidade e legalidade.

Opostos embargos declaratórios pela sociedade empresária, em duas oportunidades, foram ambos parcialmente acolhidos para fins de prequestionamento (fls.183-185 e 186).

No presente recurso especial, interposto pela Cerealista Superior LTDA., aduz-se violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, ambos do CPC de 2015, alegando que o Tribunal *a quo*, ao julgar os declaratórios, mostrou-se omissos acerca do pedido de restituição do valor relativo à compra das cotas de importação de coco (R\$ 17.000,00), e alegação de enriquecimento ilícito da recorrida.

Aponta ofensa, ainda, ao art. 884 do Código Civil, porquanto, em síntese, tratando-se de flagrante locupletamento ilícito à custa de outrem, será a recorrida obrigada a restituir o valor indevidamente auferido.

Foram ofertadas contrarrazões ao recurso especial (fls.224-242).

É o relatório. Decido.

Com relação à alegação de violação dos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/15, verifica-se não assistir razão à recorrente, pois o Tribunal *a quo* decidiu a matéria de forma fundamentada, tendo analisado todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Ademais, tem-se que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015.

INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1625513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 08/02/2017).

No que trata da indicada ofensa ao art. 884 do CC, constata-se que o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, adotando as razões de decidir do juízo monocrático, assim firmou seu entendimento (fls. 138-139):

[...]

A licença de importação emitida pelo SISCOMEX refere que somente será válido o licenciamento para despacho aduaneiro para consumo até 31/05/2011. Também consta que há restrição de data de embarque: 14/04/2011 (evento 1 - OUT8).

Segundo se infere dos e-mails trocados entre a autora e setores da Secretaria de Comércio Exterior, o que ocorreu foi que o fornecedor da Indonésia não conseguiu enviar a mercadoria para chegada ao destino dentro do prazo previsto no edital da CONAB e na licença de importação.

De acordo com o que consta nos autos, a autora não poderia ajustar o embarque da mercadoria no exterior antes de ter o deferimento da licença de importação, e esta foi deferida somente em 14.04.2011, após a apresentação da documentação pelo importador.

Assim, o que se observa é que entre a data do deferimento da licença de importação (14.04.2011) e a data limite para o embarque (14.04.2011) e para o despacho aduaneiro (31.05.2011) não havia tempo hábil para a concretização da operação comercial pretendida.

O leilão das cotas ocorreu em 17.03.2011, sendo que somente em 11.04.2011 houve registro da licença de importação, conforme consta do documento juntado no evento 1- OUT8, sendo que a data limite para embarque da mercadoria era 14.04.2011. A autora afirmou que emitiu a licença de importação em 31.03.2011, mas não demonstrou documentalmente.

Então, pelos documentos constantes do processo, conclui-se que a parte autora não observou os prazos para as providências que lhe cabiam nos trâmites da importação, não havendo provas de que a União tenha demorado excessivamente no processamento da licença de importação e, assim, causado a frustração da operação pretendida pela autora.

[...]

Consoante se observa dos excertos colacionados do aresto recorrido, o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos dos autos, dentre eles e-mails trocados entre a recorrente e setores da Secretaria de Comércio

Exterior, edital CONAB, registro da licença de importação, etc., concluiu que a recorrente ajustou o embarque da mercadoria no exterior antes de obter o deferimento da licença de importação, que não demonstrou documentalmente a emissão dessa licença, bem assim, que não observou os prazos para as providências que lhe cabiam nos trâmites da importação, pelo que, para deduzir de modo diverso, na forma pretendida no apelo nobre, demandaria o revolvimento do mesmo acervo fático-probatório já analisado, procedimento vedado em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula n. 7/STJ.

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREFEITO MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA QUAL É SÓCIO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ACÓRDÃO EMBASADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS/MG. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 280/STF. ACÓRDÃO QUE CONSIGNA A PRESENÇA DE DOLO E DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. APLICAÇÃO. ABSOLVIÇÃO CRIMINAL POR MOTIVOS OUTROS QUE NÃO A INEXISTÊNCIA DE FATO OU NEGATIVA DE AUTORIA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA. DOSIMETRIA DAS SANÇÕES. PROPORCIONALIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 ao Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial, rever acórdão que demanda interpretação de direito local, à luz do óbice contido na Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal.

III - No caso, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou restar comprovado o dolo ou má-fé na conduta do agente público, bem como a existência de enriquecimento ilícito, caracterizando ato ímprobo, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV - O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente afirmado a independência entre as instâncias administrativa, civil e penal, salvo se verificada absolvição criminal por inexistência do fato ou negativa de autoria. Dessa forma, a absolvição criminal em decorrência de outros motivos não afasta a condenação por ato de improbidade administrativa.

V - As sanções aplicadas pelo juiz monocrático e mantidas pela Corte de origem mostram-se proporcionais aos atos ímprobos cometidos.

VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a

decisão recorrida.

VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1678327/MG, Relator Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, Julgamento em 26/02/2019, DJe 01/03/2019).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVALIDADE DA ARREMATAÇÃO DO IMÓVEL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO TRABALHISTA. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente ao artigo 115 da Lei nº 11.101/05 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O acórdão recorrido está em consonância com a Jurisprudência do STJ no sentido de que "é nula a decisão do juízo que, embora absolutamente incompetente, determina a penhora de bem do executado, assim como são nulos todos os atos decorrentes da constrição judicial, inclusive eventual arrematação." (STJ, CC 61.274/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 28.02.2007). 3. No caso, rever o entendimento do acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal quanto ao enriquecimento sem causa, e a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, demandaria, necessariamente, reexame do arcabouço fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1206149/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Julgamento em 29/04/2019, DJe 02/05/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator